

2

Concílio Vaticano II: Uma Igreja aberta ao mundo

O Concílio Vaticano II se impôs o propósito expresso por João XXIII no discurso de abertura a 11-10-1962, de estudar e expor a mensagem cristã “por meio de formas de indagação e formulação literária do pensamento moderno”. Por isso, o Vaticano II quis ser um concílio pastoral. A partir da pastoral para fora é que deve se organizar a Igreja. Isto é, a configuração eclesial deve impulsionar sua missão.

Em função da missão, a Igreja do Vaticano II acolhe o mundo moderno com suas conquistas tão arduamente questionadas anteriormente: a liberdade de consciência e pensamento, de religião; a autonomia das realidades terrestres; o espírito democrático; o valor da pessoa humana em sua subjetividade sagrada, sua historicidade e seu dinamismo transformador. Dentro do Concílio houve um desenvolvimento da consciência eclesial em sua inserção no mundo moderno. A constituição *Gaudium et Spes* representa, de certa forma, o fruto moderno do novo deslocamento da Igreja. Do lugar eclesiocêntrico ela passa lentamente para um lugar no mundo.

Deste modo, a Igreja, simultaneamente “grêmio visível e comunidade espiritual”, caminha juntamente com toda a humanidade, participa da mesma sorte terrena do mundo e é como que o fermento e a alma da sociedade humana, a qual deve ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus¹.

A primeira fase deste significativo documento retrata o novo espírito de solidariedade dos novos cristãos com os anseios humanos de hoje, sobretudo, com os desejos silenciados dos pobres.

O Vaticano II projeta uma atmosfera otimista de abertura em todas as direções, de reconciliação com os melhores anseios da modernidade, particularmente com o espírito do trabalho, da ciência e da técnica, além do importante ponto acerca do diálogo entre as culturas. A Igreja oferece seus serviços na construção na paz e na promoção da comunhão entre os povos. É sensível ao drama da miséria e dos pobres. Entretanto, uma análise mais atenta

¹ GS 40.

poderá verificar que a abordagem é circunstancial dentro do quadro da grande sociedade moderna opulenta. Constata-se o “luxo e a miséria existindo simultaneamente”² e “se exigem de todos muitas reformas na vida econômico-social e uma conversão de mentalidade e modo de ser”³. Mas não há ainda a consciência, ou pelo menos a citação, clara do nexos causal-estrutural das reformas exigidas. Não se aponta o caminho para essas reformas, se serão feitas dentro do sistema vigente ou se postulando uma nova forma de sociedade.

Contudo, apesar de ser um marco na auto-compreensão eclesial em sua relação com a sociedade, o Vaticano II não reivindica o posto de ponto de chegada determinante da reflexão eclesial. É, certamente, ponto de chegada do processo de maturação de abertura eclesial à sociedade circundante, contudo, também, abre-se à possibilidade de releitura como ponto de partida para novos processos. Não mantém fidelidade ao Concílio uma perspectiva hermética de suas propostas.

2.1.

A recepção criativa do Vaticano II na perspectiva dos pobres

O Vaticano II, como espírito e como conjunto, incidiu com grande impacto sobre a Igreja da América Latina. Aqui ele obteve, fundamentalmente, duas funções decisivas: legitimar a renovação da Igreja já em curso e permitir uma recepção criativa do Concílio a partir da realidade latino-americana colocando-se sobre uma ótica diferente daquela em que fora pensado, feito e elaborado⁴.

Estes dois movimentos se entrelaçaram na medida em que o Concílio era assimilado e re-lido sob a luz de uma realidade marcada pela pobreza e opressão. Este processo pode ser chamado tecnicamente pela Teologia de “recepção” (receptio)⁵. Este conceito não se esgota numa atitude passiva diante

² *Ibid.*, 63.

³ *Ibid.*

⁴ Cf. BOFF, L. *Do lugar do pobre*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 20

⁵ Na Igreja antiga era um conceito que exprimia a noção de Igreja como comunhão. Assim, buscavam, através da inter-relação baseada na assimilação criativa de conceitos, normas etc., a unidade e o crescimento da solidariedade entre as comunidades.

das promulgações conciliares. Ele possui um sentido dinâmico que a partir de uma noção elaborada em outro lugar é criativamente aplicada em outro contexto diferente mediante o desdobramento da noção originária.

Assim, quando o Vaticano II deixa claro que não é o mundo que está na Igreja, mas a Igreja no mundo, como sinal sacramental de salvação e unidade⁶, esta perspectiva foi “recepcionada” criativamente na América Latina conduzindo ao questionamento acerca de que em qual mundo a Igreja deve estar. A resposta foi contundente. A Igreja deve estar no mundo dos pobres.

Desta forma, o deslocamento conciliar que parte do eclesiocêntrismo para uma Igreja inserida na sociedade, no mundo, adquire na América Latina contornos ainda mais dramáticos quando não se contenta apenas com um discurso correto, mas, acima disso, busca apontar a necessidade de uma prática coerente. Portanto, o deslocamento não é apenas “de lugar”, mas, também, de atitude e de opção. Aqui o “mundo” é o das grandes maiorias oprimidas e injustamente empobrecidas; maioria, ao mesmo tempo, de raízes solidárias e comunitárias, de profunda fé religiosa e cristã.

O desafio estava lançado: como ser sacramento universal de salvação em uma realidade marcada pela miséria e pela dor? Contudo, não se poderia realizar apenas uma mudança de perspectiva teórica, era necessária uma mudança na práxis eclesial. Esta mudança de postura foi assumida pelas Conferências Episcopais realizadas, sobretudo, a partir de Medellín.

Medellín (1968)

A Conferência de Medellín é chave nesta mudança de perspectiva da Igreja. A postura assumida pelo episcopado resulta e estimula a busca por uma identidade profética das comunidades eclesiais. Medellín denuncia a pobreza como consequência da injustiça. A pobreza não é um problema de assistência, mas é uma situação que clama por justiça⁷. A denúncia provoca um choque. Já estava sedimentada a noção de uma sociedade estratificada que não podia ser modificada. Não havia culpados pela situação de desigualdade existente na sociedade. Era como um destino marcado pela natureza, onde as políticas de

⁶ Cf. LG 1

⁷ Cf. MEDELLÍN 4.

desenvolvimento deveriam tentar superar ou, no máximo, amenizar. Para a Conferência, tal situação esmaga os homens e as mulheres, retira-lhes a dignidade e, por isso mesmo, nega a Deus.

O documento de Medellín não traz muitos elementos de solução, mas, dentro do possível, finca alguns alicerces. Não encontramos uma reflexão teológica já elaborada sobre a libertação político-social, econômica e cultural em sua relação com a libertação, ação do Espírito de Cristo. Mas, ao fazer da pobreza uma questão de justiça social, atenta para a responsabilidade social dos cristãos e, de maneira mais abrangente, responsabilidade com toda a política no sentido mais amplo da palavra. A pobreza torna-se um problema de consciência para todos os cristãos assim como para todos os cidadãos em geral⁸.

A corajosa leitura de Medellín vai além do que o Vaticano II conseguiu ir em sua leitura sobre a situação social dos pobres. A conferência aponta o nexo causal-estrutural lugar que também comporta a ação transformadora da fé cristã para a que a desigualdade seja realmente combatida. Delineia uma nova postura cristã diante da pobreza. Não se trata mais de amenizar a pobreza através de ações assistencialistas, mas de buscar as causas estruturais de uma situação anti-evangélica. Nas palavras da Conferência:

Sem novas e renovadas estruturas não teremos um continente novo, mas, sobretudo, não haverá continente novo sem homens novos, que à luz do Evangelho saibam ser verdadeiramente livres e responsáveis (Justiça, 3).

Dessa forma, Medellín convoca a solidariedade de toda a Igreja para com o povo pobre e marginalizado. Anima a missão evangelizadora e libertadora da própria Igreja e promove uma pastoral de conjunto a partir de uma Igreja de comunhão.

Puebla (1979)

A Conferência de Puebla foi precedida por uma forte campanha contra a Teologia da Libertação, acusada de marxismo. É perceptível certa mudança de foco. Em Medellín ressalta-se o combate à injustiça. Os pobres eram as vítimas

⁸ Cf. Caminhos para a Igreja, p. 264.

da injustiça e precisavam ser defendidos pela Igreja. Esta atitude eclesial está centrada na postura do próprio Jesus. Foi Ele que primeiramente assumiu e defendeu a causa do pobre. Em Puebla o tema da justiça aparece com menos ênfase. Ele é encontrado, sobretudo, no primeiro capítulo que fala da realidade latino-americana. Evidentemente há alusão à Justiça, porém o que predomina é a atitude da Igreja que se aproxima dos pobres para servi-los, sem excluir aqueles que não são pobres.

A respeito da opção pelos pobres, o documento é bem claro sobre ao que se refere:

A opção preferencial pelos pobres tem como objetivo o anúncio do Cristo Salvador, que os iluminará quanto à sua dignidade, os ajudará em seus esforços de libertação de todas as suas carências e os levará à comunhão com o Pai e os irmãos, mediante a vivência da pobreza evangélica⁹.

O Adjetivo “preferencial” não visa apenas salvaguardar a essencial catolicidade da fé, mas quer estabelecer certa ordem de prioridade no cuidado e no amor misericordioso por parte da Igreja. A “preferência” se dá pela urgência de sua situação desumanizante e não por questões morais. Esta “preferência” é confirmada e reforçada por outros como “não excludente”¹⁰, “não exclusiva”¹¹. O uso de tais adjetivos demonstra que, em diversos textos, a justiça não vem mais associada ao conceito de pobre; o pobre não é visto como vítima da injustiça, mas como necessitado, carente e, muitas vezes, miserável. Aquele que merece uma atenção especial. De modo particular, o pobre é o objeto privilegiado da evangelização¹².

Santo Domingo (1992)

A Conferência de Santo Domingo foi reunida sob o peso das instruções da Congregação para a doutrina da fé acerca da Teologia da Libertação. Havia um forte sentimento de cuidado e controle. O foco recaiu sobre a pluralidade cultural e a necessidade de renovação da evangelização.

⁹ PUEBLA 1153.

¹⁰ Cf. *Ibid.*, 1145.

¹¹ Cf. *Ibid.*, 1165.

¹² Cf. Caminhos para a Igreja, p. 266.

A conferência aponta para a crise cultural e ressalta que muitos valores religiosos foram perdidos, entretanto o documento procura destacar também a existência de valores positivos que são decorrentes da evangelização¹³. Diante deste cenário a ação da Igreja só será efetiva a partir da apropriação crítica da linguagem e do imaginário cultural que a cerca. O Evangelho precisa agir a partir do interior das culturas, enriquecendo-as com os valores que derivam da fé cristã¹⁴. Por isso torna-se necessário “dar vida a uma alternativa cultural plenamente cristã” que possa ser expressão dos valores universais da pessoa, projetando mais luz sobre a realidade humana¹⁵.

Contudo, este caminho não pode ser trilhado apenas na abstração, a conferência tem a preocupação de ressaltar o humano como o “caminho” pelo qual a Igreja poderá travar o diálogo com a cultura. Dessa forma, Santo Domingo acaba desvelando um caminho antropocêntrico para a atuação eclesial dentro da proposta de uma Nova Evangelização¹⁶ que tem a promoção humana como sua dimensão privilegiada¹⁷. Tais direitos estão enraizados na igualdade entre os homens por serem criados à imagem e semelhança de Deus, mas, sobretudo, na encarnação do Verbo.

Seguindo a linha dos direitos humanos, a conferência reafirmou o compromisso com a opção preferencial pelos pobres e, de forma geral, retomou os temas de Puebla sem acrescentar nada de novo.

Evangelizar é fazer o que Jesus Cristo fez, quando mostrou na sinagoga que veio para ‘evangelizar’ os pobres (cf. Lc 4,18-19). Ele ‘se fez pobre, embora fosse rico, para nos enriquecer com sua pobreza’ (2Cor 8,9). Ele nos desafia a dar testemunho autêntico da pobreza evangélica em nosso estilo de vida e em nossas estruturas eclesiais, tal qual Ele fez¹⁸.

Esta é a fundamentação que nos compromete numa opção evangélica e preferencial pelos pobres, firme e irrevogável, mas não exclusiva, nem excludente.

¹³ Cf. DSD 21.

¹⁴ Cf. *Ibid.*, 20.

¹⁵ Cf. *Ibid.*, 21.

¹⁶ Cf. *Ibid.*, 22.

¹⁷ Cf. *Ibid.*, 165.

¹⁸ *Ibid.*, 178.

Neste sentido o documento revela-se mais superficial do que os antecedentes. A análise se segue na exposição dos “rostos sofredores” e na apresentação pontual de algumas causas da pobreza. Demonstra preocupação com a lógica do mercado e com a dinâmica econômica¹⁹, apresentando a possibilidade do desenvolvimento de uma economia solidária real e eficiente, além da necessidade da construção de modelos socioeconômicos que unam a livre iniciativa, a criatividade de pessoas e grupos com a função própria do Estado²⁰.

Aparecida (2007)

A Conferência de Aparecida, de certa forma, recupera o espírito que impulsionou Medellín e Puebla. Por isso, procura compreender as mudanças que ocorreram no universo socioeconômico através da globalização na tentativa de posicionar a Igreja latino-americana. Reconhece os avanços positivos e assinala o sentido fundamental da economia e das políticas sociais a serviço do crescimento e desenvolvimento da sociedade.

Contudo, o documento não se abstém de apontar os hiatos sociais que emergem deste processo globalizador.

A globalização, tal como está configurada atualmente, não é capaz de interpretar e reagir em função de valores objetivos que se encontram além do mercado e que constituem o mais importante da vida humana: a verdade, a justiça, o amor, e muito especialmente a dignidade e os direitos de todos, inclusive daqueles que vivem à margem do próprio mercado²¹.

Aparecida reconhece que as diretrizes básicas da globalização irão desembocar na desigualdade de condições entre as pessoas de diferentes classes e, conseqüentemente, na dificuldade de inserção num mercado competitivo que visa apenas o lucro. Esta desigualdade gerará a exclusão mantendo à margem da sociedade a maioria latino-americana²². Surge, assim, de acordo com o documento, uma nova pobreza que tem seu alicerce na impossibilidade de acesso ao conhecimento de novas tecnologias. Dentro deste

¹⁹ Cf. *Ibid.*, 194.

²⁰ Cf. *Ibid.*, 201.

²¹ DAp 61.

²² *Ibid.*, 62.

contexto, é proposta a busca por uma globalização diferente, marcada pela solidariedade, pela justiça e pelo respeito aos direitos humanos²³.

Na sua relação com os direitos humanos, a opção preferencial pelos pobres não é esquecida. Ela é apontada como marca peculiar da Igreja no contexto latino-americano e caribenho²⁴. Porém, sempre ressaltando seu aspecto não excludente²⁵. Esta opção deve conduzir a uma renovação das estruturas pastorais em busca de uma verdadeira promoção humana e de uma autêntica libertação “sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade”. Todavia, esta ação não pode estar restrita ao assistencialismo caritativo, mas deve ter ressonâncias no Estado e, por conseguinte, nas políticas sociais e econômicas que estejam de acordo com as necessidades da maioria empobrecida de nosso continente²⁶. Neste sentido, os leigos e leigas aparecem como “protagonistas” da ação social pelo seu papel na sociedade. O papel da Igreja na construção de estruturas mais equitativas também é ressaltado²⁷.

2.2.

Atualidade da Opção preferencial pelos pobres.

Ao assumir a Opção preferencial pelos pobres, a Igreja não constrói apenas instituições novas no seu interior, mas também se faz presente com sua força teológica, ética e espiritual, na medida em que procura viver esta opção, nos movimentos sociais. Em cada movimento social há sempre a possibilidade de realizar uma reflexão teológica e ética e também desenvolver uma espiritualidade que desemboca numa prática concreta. Por isso, quando faz a opção pelos pobres a Igreja emerge neste mundo social novo, que, muitas vezes, é desconhecido – e permaneceria desconhecido sem a mudança conciliar. Assim, quando fala em pobres na expressão “opção preferencial pelos pobres”, deve-se entender pobreza no sentido que Puebla lhe confere. A realidade da pobreza é considerada como “o mais devastador e humilhante

²³ Cf. *Ibid.*, 64.

²⁴ Cf. *Ibid.*, 391.

²⁵ Cf. *Ibid.*, 392.

²⁶ Cf. *Ibid.*, 403.

²⁷ Cf. *Ibid.*, 541.

flagelo”²⁸, “não uma etapa casual, mas o produto de determinadas situações e estruturas econômicas sociais e políticas”²⁹. Pobre possui um sentido histórico, concreto e não apenas metafórico e espiritual.

Dessa maneira a opção eclesial é feita em direção aos empobrecidos na busca da justiça e dos direitos humanos. Isto não é supletivo, acessório ou descartável, mas faz parte constitutiva da missão evangélica. É no exercício desse compromisso que se inclui a denúncia profética e a formação de consciências mediante a promoção de lideranças e estruturas que devolvam aos pobres o direito de ser sujeito da própria história. Entretanto, esta atitude defronta-se com os rostos multidimensionais da pobreza e exige respostas criativas diante dos novos desafios.

Décadas após sua formulação, a opção pelos pobres hoje é mais complexa do que antes. É evidente que seu caráter eclesiológico, teológico e espiritual possui o mesmo fundamento: Jesus de Nazaré e a ação do Espírito Santo. A partir deste fundamento, recuperado pelo Concílio Vaticano II, é que a Igreja conseguirá manter-se fiel à sua vocação em meio às mudanças temporais. Convém ressaltar, que apenas na abertura à ação do Espírito Santo poderá a comunidade eclesial dar respostas criativas em diferentes contextos.

Por isso, ao analisarmos a situação de nosso continente o primeiro impacto é com a constatação de que o número de pobres aumentou consideravelmente, a despeito do discurso, de antes e de agora, mantido pelo *status quo*. E agora encontramos uma outra realidade extremamente cruel que é a marca da exclusão, que os afunda no silêncio e na marginalidade.

Ora, ainda é comum que aconteça no interior da Igreja questionamentos acerca da validade das bases fornecidas pelas ciências sociais para o vislumbramento dos cenários, atores e problemas aos quais a Igreja, a partir da opção concreta pelos pobres, deve sentir-se enviada. Trata-se da postura anímica contra análises que desmascaram os interesses econômicos dos exploradores, a gênese dos mecanismos de classe, as formas reprováveis de religião a serviço da dominação, além de apresentar rostos concretos, onde muitas vezes enxergamos estatísticas. Todavia, os dados oferecidos pelas ciências sociais podem fornecer os signos necessários para que a Igreja seja

²⁸ PUEBLA 29.

²⁹ *Ibid.*, 30.

mais capaz de responder aos desafios continuando fiel à sua vocação evangélica. Puebla tem noção da pertinência desta análise da realidade:

A Igreja tem conquistado paulatinamente a consciência cada vez mais clara e profunda de que a evangelização é sua missão fundamental; não é possível o cumprimento sem que se faça o esforço permanente para conhecer a realidade e adaptar a mensagem cristã ao homem de hoje, de forma dinâmica, atraente e convincente³⁰.

Caso prescindida desta análise corre o risco de não compreender seu contexto e seus questionamentos e ler como sinais de graça e libertação o que na verdade é marca do pecado e da exclusão³¹.

Por isso, após a longa caminhada realizada pela opção preferencial pelos pobres, é preciso admitir que o quadro da realidade social apresenta-se profundamente transformado. Hoje encontramos novos sujeitos, novos significantes, novos pobres e, até mesmo, novas pobreza. Diante deste novo quadro o primeiro passo a ser dado é redescobrir o sentido e as mudanças ocorridas acerca do termo *pobreza*.

2.3.

Um novo significante para a velha insignificância.

Sabemos que o predominante são as concepções em que o pobre, ao contrário do rico, é enxergado tão só pelo que lhe falta na condição de carente e necessitado. Ele é visto como um vazio onde não há espaços para suas potencialidades ou mesmo para a mutação do conceito de necessitado onde prevalece, apenas, o reconhecimento de suas carências³². Ou seja, ele é percebido a partir de sua pobreza. Esta perspectiva é confrontada com os novos conceitos que visam oferecer uma abordagem mais aproximada da realidade multifacetada que é o rosto do pobre na sociedade globalizada.

³⁰ *Ibid.*, 85.

³¹ Convém apontar que a reflexão teológica desenvolvida que deseja ser pertinente para a caminhada eclesial precisa estar ciente do dinamismo histórico que circunda as comunidades eclesiais e seus respectivos questionamentos. Ora, evidentemente, a Teologia, assim como a Igreja, possui seus critérios e a sua própria identidade e não pode prescindir desta. Só ciente de sua vocação e no diálogo com as outras ciências que a cerca é que a Teologia conseguirá prestar um verdadeiro serviço à Igreja com uma palavra viva e atual.

³² Cf. NOLETO, Marlova Jovvhelovitch; WERTHEIN, Jorge. (Orgs.). *Pobreza e desigualdade no Brasil: Traçando caminhos para a inclusão social*. 2ª. Ed. Brasília: UNESCO, 2004, p. 189.

Apresentaremos, mediante o uso de dados das ciências sociais, os novos sentidos que este significante recebe atualmente. Para isso utilizaremos a exposição realizada por Susana Murillo³³:

O significante pobre é caracterizado de diversas maneiras pelos organismos internacionais. Sua definição não está reduzida à relação com as rendas, mas desdobra-se em diversas dimensões. Em primeiro lugar, a carência de liberdades fundamentais de ação ou decisão para se influírem assuntos que os afetem. Em segundo lugar, essas dimensões dizem respeito ao déficit de moradia, alimentos, serviços de educação e saúde. Em terceiro lugar, a pobreza alude à vulnerabilidade a doenças, reveses econômicos e desastres naturais. Em quarto lugar, a pobreza implica tratamento vexatório por parte do Estado, minado pela corrupção. Em quinto lugar, refere-se ao tratamento arbitrário por parte de setores da sociedade. Neste sentido, considera-se que, com frequência, influem na pobreza as normas e valores, assim como os costumes que, no seio da família, da comunidade ou dos mercados provocam a exclusão de mulheres, grupos étnicos ou de todos aqueles que sofram discriminação. Em sexto lugar, a vivência de “sofrimento” costuma ser muito intensa entre os pobres. Em sétimo lugar, a percepção de que a situação não pode ser modificada é algo que caracteriza os pobres, a resignação a um destino inevitável. Finalmente, o significante pobre não só é ligado a indivíduos ou grupos, como também a países que, a partir disso, adquirem um estado geopolítico diferenciado³⁴.

Emergem, também, com singular destaque os pobres crônicos. Estes são os que experimentam a pobreza por períodos longo de tempo, cujos filhos certamente permanecerão pobres, e que se beneficiaram menos com as iniciativas do crescimento e desenvolvimentos econômicos nacional e internacional³⁵. Esta leitura explica a pobreza que é chamada de estrutural ou crônica, como produto de um incompleto crescimento e modernização. No caso da América Latina, a conceitualização da pobreza estrutural aplicou-se àquelas populações que possuem “necessidades básicas insatisfeitas” e que podem se encontrar abaixo das “linhas de renda” que satisfaçam certas necessidades

³³ Doutora em Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires (UBA). Magíster em Política Científica (UBA). Professora de Filosofia (UBA). Bolsita Sênior do CLACSO 2004-2005. Diretora de pesquisas do Programa UBACyT da UBA. Membro da comissão do Mestrado de Políticas Sociais da UBA. Algumas publicações: *La criminología del siglo XXI em América Latina* (Coordenadores) Editorial Rubinzal-Culzoni, Editores, Santa Fé, janeiro de 2002. *Contratiempos*. Espacios, subjetividades y proyectos em Buenos Aires. Coordenadora. Centro Cultural de la Cooperación Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, Buenos Aires, Argentina, 2005.

³⁴ MURILLO, Susana. Produção de Pobreza e construção de subjetividade In CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio, D. (Orgs.). *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Omo Editorial/Clacso, 2007, p. 63.

³⁵ Cf. LEGUIZAMÓN, S.A. A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento In CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio, D. (Orgs.). *Op. cit.*, p. 109.

básicas de sobrevivência. As necessidades básicas constituem-se, além disso, em uma categoria central do discurso acerca do desenvolvimento humano.

A partir da noção de “necessidades básicas” desenvolve-se o diálogo com a “economia do bem estar”, segundo a qual não existiria carência total, já que as pessoas possuem pelo menos um recurso que tenha valor de troca no mercado: sua potencialidade de trabalho³⁶. Dessa forma, só se justificaria uma carência total ao se tratar dos inválidos ou de pessoas sem condição de trabalhar devido à idade avançada.

Há também aqueles que preocupados com os processos de empobrecimento usam o conceito de pobreza estrutural para se referir à perda de renda e cobertura de proteção social devidos ao enfraquecimento dos direitos sociais e suas consequências sobre a precariedade do emprego e o desemprego crescente. Geralmente se referem a esses grupos pela alcunha de novos pobres, classes médias em transição ou grupos empobrecidos. Outra forma de abordar a pobreza provém da chamada abordagem “subjéctiva” e “participativa”, que rejeita a visão centrada na relação consumo/renda, por considerá-la reducionista, o que impossibilitaria compreender “a complexa e diversa realidade local no qual os pobres vivem”³⁷.

2.4.

A multidimensão da pobreza e sua inerradicabilidade

Sob a influência destas concepções a propósito da pobreza surge no discurso, desde a ótica sobre o desenvolvimento humano, uma importante corrente de estudos descritivos que apresentam seu carácter multidimensional além das percepções dos pobres sobre sua própria situação. Esta se baseia na crença de que a pobreza não é causada ou produzida pela falta de emprego ou salários dignos, mas, sobretudo, por carência de capacidade e poder dos pobres ou por falta de acesso ao protagonismo das próprias opções, devido à debilidade das instituições e à sua marginalização.

Entretanto, no interior desta trama multidimensional também é possível encontrar o discurso que aponta a pobreza como uma situação natural

³⁶ Cf. *Ibid.*

³⁷ *Ibid.*, p.110.

inerradicável da condição humana. E mais do que isso, ela é necessária, afinal sua presença é um incentivo à produção. Neste processo, a conclusão que segue é,

A negação da igualdade natural dos homens, cujo corolário são as políticas sociais que se conectam numa visão “minimalista” das necessidades dos trabalhadores e suas famílias e em “umbrais de cidadania” que negam os direitos universais³⁸.

Assim sendo, no interior deste processo discursivo, o termo pobreza, ao ganhar novos significados, conduz invariavelmente a outro: desigualdade. O olhar que torna a pobreza ontológica afirma que o fator fundamental acarretado pela pobreza é a desigualdade. Este termo alude a diversas possibilidades de acesso a bens e serviços e, principalmente, à possibilidade de o sujeito ser reconhecido e ouvido. Afirma-se que o mínimo de desigualdade é inerente e, assim como a pobreza, necessário para a condição humana e que apenas em excesso constitui um risco³⁹. Se a modernidade considerava a igualdade como um dos direitos naturais de todos os seres humanos. Neste novo pacto social, certo grau de desigualdade é inevitável em toda sociedade, visto que ele é um incentivo ao trabalho e à produção. Com isso, o estatuto epistemológico que o termo desigualdade adquire seria impensável três décadas atrás. Ou seja, a partir dele é possível pensar-se em combater certo grau de desigualdade mantendo a pobreza.

O “diabólico” deste discurso é que ele não está preocupado em construir uma falsa consciência acerca de um fenômeno, Hoje, a proposta é mostrar o fenômeno em toda sua crueza e apresentá-lo como inevitável. E de certa forma também busca apresentar algumas medidas inevitáveis para um fenômeno inevitável. Assim, outros termos como segurança e justiça ganham destaque, legitimando reformas judiciais necessárias para assegurar a fluidez dos mercados e para criminalizar os protestos dos pobres⁴⁰. Afinal, em uma sociedade onde a desigualdade é fundamental para a manutenção da ordem social, o protesto dos “menores” é inaceitável. Por isso, é viável a construção de políticas que amenizem essas diferenças e mantenham a estrutura social dentro de um clima favorável para a existência de ambos os grupos. O foco não

³⁸ MURILLO, Susana. *Op. cit.*, p.64.

³⁹ Cf. *Ibid.*

⁴⁰ Cf. *Ibid.*, p.65.

está na mudança em busca de igualdade, mas na manutenção em prol da governabilidade.

2.5.

Urgência do combate à pobreza “necessária”

Paradoxalmente, mesmo que a pobreza e a desigualdade sejam inevitáveis e necessárias, os organismos internacionais ressaltam a necessidade de se “lutar” contra ela. O argumento levantado é que o aumento de uma provoca o excesso da outra e que o transbordamento de ambas gera risco social⁴¹. A pobreza tem seu significado transformado, abrindo a possibilidade para que a intervenção política, econômica ou cultural atue de várias maneiras através dos organismos internacionais. De certa forma, esta transformação realizada no discurso sobre a pobreza está vinculada ao crescimento do protesto social ocorrido desde meados de 1990⁴² e ao fortalecimento da ideologia neoliberal que suplantou as propostas desenvolvimentistas de antes.

Esta nova proposta da rede social propõe a utilização de uma informação mais flexível que surja a partir da realidade dos pobres e da comunidade em geral, incluindo as classes médias, para que as mudanças ocorram de “baixo para cima” com ressonâncias de “cima para baixo”. E para que isto funcione as instituições, desde o Estado até a escola ou o hospital, devem fazer com que os problemas dos marginalizados cheguem aos ouvidos dos dirigentes sociais na tentativa do alcance de soluções práticas para a diminuição da desigualdade. No entanto, estas mesmas instituições também se tornam lugares de construção de subjetividades docilizadas para a manutenção da governabilidade social. A estratégia consiste em empoderar a sociedade civil para que esta, por sua vez, exija que o Estado crie instituições mais capazes de conceder as respostas necessárias aos seus desafios.

De acordo com Susana Murillo, são definidos, a partir desta perspectiva, com toda clareza, os membros do novo pacto social que devem formar um triálogo:

⁴¹ Cf. *Ibid.*, p.68.

⁴² Cf. *Ibid.*, p.74.

Eles são a sociedade civil, os Estados nacionais e os organismos internacionais. Os três membros, conforme coloca explicitamente o organismo internacional, devem ser coordenados pelo mercado, que passa a ser, de modo explícito, o Outro que interpela. Entretanto, o Estado é um “sócio” a mais, e a sociedade civil passa a ter um papel inédito, o de recolher as reivindicações históricas de todos os humilhados da terra, mas cuja voz é ressignificada frequentemente pelos grupos dominantes⁴³.

Ora, esta ressignificação, geralmente, consiste na imposição de posicionamentos que, longe de atentarem às reais necessidades dos marginalizados e de abrirem possibilidades de superação de sua situação, sucumbem diante dos desejos e necessidades da lógica econômica atual e mantêm o círculo vicioso entre a pobreza e a desigualdade. Logicamente, tudo isto é realizado dentro de um discurso aceitável para o enfrentamento com a pobreza inevitável e a manutenção da governabilidade social com a satisfação das consciências dominantes.

Se continuarmos abordando a pobreza como um déficit quantitativo natural que é preciso reparar, não será possível mobilizar a vontade pública necessária para combatê-la. De acordo com alguns pesquisadores, o combate à pobreza será realmente efetivo quando ela for declarada uma violação dos direitos humanos⁴⁴. A causa da persistência da pobreza não são apenas governos incompetentes, corruptos e insensíveis à sorte de sua população. Fundamentalmente a pobreza não pode ser definida como um padrão de vida ou como determinados tipos de condição de vida: ela é, simultaneamente, a causa e o efeito da sonegação, total ou parcial, dos direitos humanos e como tal deve ser enfrentada. Reduzi-la a uma situação social circunstancial e necessária é negligenciar, consciente ou inconscientemente, o sofrimento da maioria empobrecida que habita nosso continente. Assim, além de oferecer igualdade de oportunidade, combater verdadeiramente a pobreza significa abrir espaços para a tomada de decisões individuais e coletivas mediante a participação popular mais ativa nas políticas sociais. É necessário recuperar a capacidade do protagonismo do pobre. Ele não é alguém desprovido de valores e potenciais. Independentemente das circunstâncias de seu nascimento, uma pessoa deveria

⁴³ *Ibid.*, p. 73.

⁴⁴ Cf. CIMADAMORE, A.D. AS políticas de produção de pobreza: construindo enfoques teóricos integrados In CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio, D. (Orgs.). *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Omo Editorial/Clacso, 2007, p. 24.

poder contar com as mesmas oportunidades dos demais, com base, é claro, em suas próprias capacidades.

2.6.

Globalização e a naturalização da pobreza

Em ambientes teológicos e no interior das Igrejas a postura diante da globalização permanece pendular: vai do entusiasmo até sua demonização. Entusiasmo diante das novidades e possibilidades mediante o progresso e o desenvolvimento econômico de alcance mundial. A demonização se dá por aqueles que consideram a globalização como algo “mal em si mesmo”, onde não é possível encontrar aspectos positivos.

Dentro de nosso contexto, sabemos que as ideias neoliberais ditam as normas da construção social quase de forma hegemônica. Portanto, nossa análise será limitada às perspectivas que tangem a pobreza e a exclusão que são frutos de um determinado modelo globalizador.

Ora, o neoliberalismo considera que o crescimento econômico e o livre mercado têm um papel central na criação do bem-estar e na redução da pobreza. A partir dele, define-se a pobreza, sobretudo, em termos de falta de renda e de ativos básicos⁴⁵. Apesar dos avanços que todas estas perspectivas trazem ao tentar definir e buscar as causas da situação de pobreza em que vive a grande maioria da população mundial. E, mesmo que as pesquisas apontem para o crescimento do flagelo da pobreza não apenas na América Latina, mas em todo o mundo, o discurso neoliberal continua afirmando a globalização como processo que incidirá na diminuição da pobreza. Entretanto, alguns autores denunciam que a proposta neoliberal está fundamentada na naturalização da “inevitabilidade” de suas regras de funcionamento através da liberalização do mercado e das fronteiras nacionais reduzindo toda a complexidade do desenvolvimento a um só aspecto: o econômico. Por outro lado, concebe esse mesmo desenvolvimento de maneira linear, como expansão, sem limite nem condição alguma, do mercado mundial. Enriquece poucos à custa da pobreza de muitos; gera injustiça econômica e aprofunda o abismo

⁴⁵ Já expusemos como essa noção tem sido confrontada atualmente.

entre ricos e pobres, provocando a marginalização e exclusão social de grande parte da humanidade.

A naturalização da pobreza pelo modelo neoliberal globalizador através da mudança discursiva que aponta a pobreza como realidade inevitável e, até mesmo, necessária, segue alguns passos para o desenvolvimento de uma determinada mentalidade através de falácias implícitas. Seguiremos a exposição utilizada por Jorge Werthein⁴⁶ e Marlova Jovchelovitch Noletto⁴⁷ e deste modo procuraremos descortinar opiniões que são absorvidas sem um correto discernimento a tal ponto que podem se tornar empecilhos para a construção de uma nova ética social⁴⁸:

Na América Latina houve um crescimento escandaloso da pobreza. No Brasil, estima-se que 43,5% da população ganha menos de dois dólares por dia e aproximadamente 40 milhões de brasileiros vivem em pobreza absoluta. A falácia funciona mediante dois argumentos. O primeiro é a relativização da situação, quando se afirma que a pobreza existe em todo lugar. O outro argumento atua pela perspectiva de uma pobreza que sempre existiu. Estes argumentos têm fortes consequências nas políticas públicas. Afinal, se existem pobres em todos os lugares e eles sempre existiram, então, por que priorizar o combate à pobreza?

Outro discurso assumido é o apelo à “Paciência”. Os técnicos que formulam as políticas sociais costumam pedir paciência à população pobre. Em seu discurso é sempre necessário esperar o cumprimento de etapas que buscam

⁴⁶ Representante da Unesco no Brasil. Phd em Educação, Mestre em comunicação e Mestre em Educação pela Universidade de Stanford. Foi diretor do Escritório da Unesco em Nova Iorque e Washington (1994 a 1996); Diretor de Relações Externas do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Sede do IICA, em San José, Costa Rica (1986 a 1994); e Especialista em Educação Rural (encarregado dos programas sociais para o Brasil), do Instituto Internacional de Cooperação para a Agricultura no Brasil (1977 a 1986). É autor de várias publicações, dentre elas: “políticas de Educação e Combate à Pobreza; Pobreza e Desigualdades Sociais.

⁴⁷ Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Especialista em Políticas sociais no Estado de Bem-Estar Social pela International Federation of Social Workers – IFSW, na Suécia. Foi presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (1994 a 1996) e Oficial de Políticas Públicas e Direitos do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (1997 a 1999). É autora de várias publicações nas áreas de serviço social, municipalização, direitos humanos e terceiro setor, entre elas: “Assistência Social no Contexto dos Direitos Humanos e Sociais no Brasil”; “Abrindo espaços: Educação e Cultura para a Paz”.

⁴⁸ Cf. NOLETO, Marlova Jovchelovitch; WERTHEIN, Jorge. (Orgs.). *Pobreza e desigualdade no Brasil: Traçando caminhos para a inclusão social*. 2ª. Ed. Brasília: UNESCO, 2004, pp. 19-22.

a reativação do desenvolvimento para, a partir daí, combaterem a pobreza. Contudo, estas etapas, que não se cumprem, desembocam em outras etapas, passos, consequência etc. mantendo a população em uma situação de passividade paciente. Assim, apenas atingindo estas metas e proporcionando o crescimento econômico necessário o combate à pobreza será facilitado.

Outro ponto anunciado é o fato de que a desigualdade não impede o desenvolvimento. Para os defensores deste pensamento, a desigualdade é uma situação inevitável da marcha para o desenvolvimento. Se pode, ao menos, minimizar o seu alcance, mas será impossível evitá-la completamente. Assim, desembocamos, novamente, na naturalização da pobreza. O foco do interesse está apenas na questão do custo-benefício, sem nenhuma consideração pelas implicações éticas do desenvolvimento e sua consequência para a redução, ou aumento, das taxas de exclusão.

Partindo desses pressupostos a política social é enxergada como uma categoria inferior, o que, muitas vezes, significa colocar os direitos humanos à margem das políticas públicas. Consequentemente o Estado é fragilizado. Em decorrência, ocorre uma grande redução das funções do Estado e, conseqüentemente, o enfraquecimento das políticas sociais importantes. A fragilização impede o maior empenho na ação estatal nos bolsões da pobreza existentes. Também é atribuído à sociedade civil um valor secundário. A ênfase está sempre no mercado, na força dos incentivos econômicos e na gerência de negócios. Persiste uma visão vertical, onde uns poucos formulam e decidem, relegando à população empobrecida o papel de sujeito passivo deste processo.

Evidentemente, diante deste quadro é possível o encontro com opiniões que afirmam a inexistência de vias alternativas para os problemas sociais. A alegação é de que as medidas adotadas são as únicas possíveis diante de uma situação irremediável. O confronto com esse discurso, por intermédio de uma nova matriz conceitual, poderá a médio e longo prazo romper com o círculo vicioso da inevitabilidade do atraso e inserir uma visão mais ampla do desenvolvimento de maneira que se estimule a construção de uma política efetiva contra a pobreza e a exclusão social. Contudo, isto só será possível se a globalização for administrada para que todos possam dela se beneficiar. Ou

seja, ela precisa ser administrada na perspectiva de uma nova ética, de um novo direito.

2.7.

Reconhecimento da exclusão social

A noção de exclusão social tem sido aplicada no senso comum como sinônimo de pobreza. Exclusão social é mais do que renda, implica a perversa decisão histórica de uns pela apartação de outros. Ela é marcada pelas relações sociais fundadas na desigualdade e concentração de riqueza e poder⁴⁹. O conceito de exclusão já estava presente nas explicações e conceitualizações sobre a pobreza no pensamento latino-americano. Este termo indica que os setores empobrecidos parecem não perceber possibilidades concretas de superação de sua condição social a curto ou médio prazo, pelos meios tradicionais e socialmente legítimos. Além de suas implicações econômicas, abrange também outros aspectos da pobreza como a discriminação étnica ou a violação dos direitos sociais, o que permite olhar os fatores de reprodução de pobreza. A exclusão deve ser compreendida dentro do processo de desigualdade e como sinal da irrupção de uma pobreza sem horizonte.

Atualmente alguns autores apresentam limitações no conceito de exclusão social e preferem utilizar o termo “expulsão social” para indicar um processo de invisibilidade de amplos setores sociais:

A ideia de expulsão social mais do que denominar um estado cristalizado por fora, nomeia um modo de constituição do social. A nova ordem mundial necessita dos integrados e dos expulsos. Estes já não seriam uma disfunção da globalização, uma falha, e sim um modo constitutivo do social⁵⁰.

2.8.

A nova configuração da exclusão social

O conceito de exclusão não é novo. Os pobres sempre foram excluídos e marginalizados. O que há de novidade é a configuração que apresenta dois

⁴⁹ Cf. NOLETO, Marlova Jovhelovitch; WERTHEIN, Jorge. (Orgs.). *Op. Cit.*, p. 187.

⁵⁰ Caminhos da Igreja, p. 100.

setores da humanidade. Um destes grupos, o incluído, usufrui dos avanços e insere-se no mercado através do acesso ao conhecimento e às instituições sociais. Outro, o dos excluídos, torna-se cada vez menos relevante para a economia. Condenados a uma espécie de “não-existência” situada à margem dos progressos sociais e econômicos. Convém ressaltar que este processo de exclusão não está fechado apenas aos aspectos individuais ou de classes, mas também inclui – ou exclui – países inteiros e, com certo cinismo, pode se estender a todo continente. Tudo isso indica que o modelo econômico vigente prioriza a concentração, impossibilita a distribuição e aumenta dramaticamente as lacunas sociais.

Com efeito, numa economia em que não se valorizam apenas as posses fiscais das coisas, mas também o acesso ao conhecimento, a exclusão tem cada vez mais a face dos “não-conectados”, dos que não possuem acesso à rede de informações e conhecimento. Esta exclusão repercute especialmente entre os jovens em situação de pobreza. Estes experimentam, cotidianamente, uma dinâmica social contraditória que parece causar estragos na subjetividade. Por um lado, eles são bombardeados com os símbolos da pós-modernidade; por outro e ao mesmo tempo, a dinâmica social os exclui da possibilidade de se instalarem nela. Ou seja, vivem uma inclusão simbólica⁵¹, onde poderiam encontrar a auto realização pela via do consumo, e, ao mesmo tempo, sentem a exclusão social dessa inclusão simbólica na medida em que as oportunidades e possibilidades de inclusão lhes são negadas. Esta experiência é, muitas vezes, determinante para a construção da violência⁵².

E não é apenas no horizonte socioeconômico que a exclusão é sentida. Seus efeitos são percebidos também nas esferas políticas e culturais⁵³. No político ela é expressa na ausência de espaços que estimulem uma atuação mais ativa dos cidadãos - especialmente do ponto de vista dos mais vulneráveis - na configuração das prioridades políticas públicas. Na esfera cultural podemos citar a maneira como é tratada a questão étnica, racial e de gênero.

Um outro ponto da exclusão que desafia as mudanças estruturais é o peso das instituições sociais. Para os excluídos, instituições e tradições mais leves

⁵¹ Cf. *Ibid.*, p. 102.

⁵² Cf. VV.AA. *Crianças, adolescentes, marginalidade e violência na América Latina e Caribe: Relações indissociáveis?*, pp. 17-21.

⁵³ Cf. *Caminhos da Igreja*, p. 103.

não ampliam sua autonomia, ao contrário ressaltam e fundamentam sua insignificância social e seu desamparo.

2.9.

A reconstrução necessária

O desafio da desconstrução da exclusão só pode ser delineado em uma nova relação entre as forças societárias com o objetivo da inclusão, equidade, justiça social, ou seja, é necessário um novo pacto social entre sociedade, mercado e Estado. Porém, este novo pacto só é possível mediante o reconhecimento da pobreza e da exclusão social. É necessário o entendimento de mínimos sociais de cidadania para alargar o conceito de pobre e exclusão, pautado, sobretudo, na dignidade humana.

É importante retomar o tema da inserção social do indivíduo e sua capacidade para se desempenhar como cidadão. Para tanto é útil referir-se ao conceito de capital social, que consiste no conjunto de conhecimentos, capacidades e aptidões cívicas que as pessoas possuem. A literatura a respeito mostrou a importância de conhecer e entender os tipos de reações que se dão entre os indivíduos, as redes sociais e as normas de reciprocidade e de confiança em que a vida deles se desenvolve. Observou-se então que para evitar a marginalização e a exclusão social é importante fortalecer o capital social do indivíduo e para isso se deve contar com o envolvimento cívico, a igualdade política, a solidariedade, a confiança, a tolerância e uma vida associativa forte. Esses elementos remetem também a uma maneira específica de atuar frente às instituições, considerando que elas contêm e refletem a organização política e social de uma sociedade e, portanto, a distribuição do poder nessa sociedade possui maior ou menos capital social se influi, finalmente, na compreensão das instituições e na relação que se tem com elas⁵⁴.

⁵⁴ Cf. VV. AA. *Educação e pobreza na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, junho 2006, p.80.

2.10.

Conclusão

A recepção latino-americana do Concílio Vaticano II impulsionará a retomada de uma identidade eclesial pautada a partir dos pobres. Esta identidade não é fruto de um mero espírito humanitário, mas emerge como imperativo das opções evangélicas que devem fundamentar a missão eclesial e que possuem suas raízes no Reino anunciado por Jesus de Nazaré.

Dessa forma, a Opção Preferencial pelos Pobres, e todas as suas consequências, não se trata de um acessório mais ou menos facultativo, mas insere-se no interior da autoconstrução da comunidade eclesial. Definida em determinado contexto, esta opção passa por profundas mudanças. Com efeito, apesar do escândalo que a situação desumana de tantas pessoas desperta, a pobreza vê-se revestida por novos conceitos, falácias, rostos e dores. O aumento da pobreza, o alargamento de seu horizonte, a realidade da exclusão social... São aspectos contemporâneos que se somam aos que foram combatidos ao longo da história. Os antigos mecanismos permanecem e a eles se juntam as novas normas do mercado, da globalização, do consumo.

A percepção desta realidade não pode ficar situada apenas no nível teórico do magistério eclesial, mas deve ser transformado em impulso para sua mudança. Entretanto, tal mudança não é exigência apenas para a sociedade, mas, mediante atitudes concretas, inicia-se primeiramente no interior da Igreja, sendo fonte de critério para a configuração eclesial. Esta necessidade de novas configurações é ressaltada por todas as Conferências latino-americanas e faz parte do espírito do Vaticano II. Afinal, somente quando assume o chão em que pisa a Igreja pode ser mais fiel ao anúncio do Reino e à própria sacramentalidade.

Portanto, é a partir de sua realidade que a Igreja poderá perceber as atitudes que precisa assumir para tornar-se, cada vez mais, Sacramento do Reino. Esta sacramentalidade é mais luminosa na medida em que a comunidade corresponde, através das opções pautadas no Reino que anuncia, às lacunas de seu contexto. Estas opções não estão localizadas apenas no nível teórico, mas alicerçam a configuração das estruturas e instituições que dão corpo e visibilidade à comunidade eclesial, determinando sua validade ou não.

Assim, a abertura à sociedade será sempre positiva e crítica. Positiva porque a Igreja deve perceber na realização humana os traços do Reino de Deus. E crítica porque mediante a ambiguidade da história humana – e da própria história eclesial – ela também deve assumir uma postura profética diante daquilo que contém valores “anti-Reino”, principalmente na defesa dos marginalizados e insignificantes da sociedade.

Esta abertura possui critérios. Por sua dimensão sacramental, a Igreja está sempre remetida, pela ação do Espírito, ao Reino anunciado por Jesus. Ela reconhece que é portadora da semente deste Reino e que deve atuar decisivamente em sua construção. Sua sacramentalidade deve ser entendida como dom e ao mesmo tempo como tarefa e por isso ela é incessantemente colocada em movimento e retirada da inércia e da acomodação.